

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

RETRATOS DE RESISTÊNCIAS DE GÊNERO E RUPTURAS DE NORMAS DE CORPO-ESPAÇO NA CORPOGRAFIA DE MARIA ANTÔNIA SOARES

Dandara Luigi

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.17277>

Submetido em: 2026-08-03

Postado em: 2026-08-10 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

RETRATOS DE RESISTÊNCIAS DE GÊNERO E RUPTURAS DE NORMAS DE CORPO-ESPAÇO NA CORPOGRAFIA DE MARIA ANTÔNIA SOARES

Dandara Vieira Luigi

ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-9333-4198>

<dandaraluigi@usp.br>

Universidade de São Paulo. São Paulo, São Paulo (SP), Brasil

RESUMO: Esta pesquisa investiga como a trajetória da operária e militante anarquista Maria Antônia Soares (1898-1991) permite compreender as relações entre corpo, gênero, memória e espaço urbano no início do século XX. O objetivo é analisar de que modo experiências corporais e generificadas de mulheres operárias participaram da produção da cidade, tensionando fronteiras entre os espaços público e privado e revelando formas de presença política frequentemente apagadas pelas narrativas historiográficas. A pesquisa mobiliza uma abordagem de etnografia de arquivo, articulando documentos históricos, imprensa operária, registros sindicais, fotografias e materiais memorialísticos, além da elaboração de um caderno de campo visual como ferramenta de análise das relações entre corpo e espaço. A partir desse conjunto documental, busca-se reconstruir os percursos urbanos de Maria Antônia Soares e compreender como seus deslocamentos, práticas militantes e formas de ocupação da cidade produziram outras possibilidades de existência pública para mulheres no período. Os resultados parciais indicam que sua trajetória evidencia como as experiências corporais e as práticas cotidianas de mulheres operárias participaram da construção de espaços de resistência e de atuação política. A pesquisa contribui, assim, para ampliar a compreensão da cidade como espaço produzido por experiências corporais, disputas de memória e relações de gênero.

Palavras-chave: Corpografia; Gênero; Memória urbana; Anarquismo; Etnografia de arquivo.

PORTRAITS OF GENDER RESISTANCES AND RUPTIONS OF BODY-SPACE NORMS IN MARIA ANTÔNIA SOARES' CORPOGRAPHY

ABSTRACT: This research investigates how the trajectory of the working-class anarchist activist Maria Antônia Soares (1898–1991) enables an understanding of the relationships between body, gender, memory, and urban space in the early twentieth century. The objective is to analyze how the embodied and gendered experiences of working women participated in the production of the city, challenging boundaries between public and private spaces and revealing forms of political presence often erased by historiographical narratives. The research adopts an ethnographic approach to the archive, bringing together historical documents, working-class press sources, union records, photographs, and memorial materials, as well as the elaboration of a visual field notebook as an analytical tool for examining the relationships between body and space. Based on this documentary corpus, the study seeks to reconstruct Maria Antônia Soares's urban trajectories and understand how her movements, militant practices, and forms of occupying the city produced other possibilities of public existence for women during the period. Preliminary findings indicate that her trajectory reveals how the embodied experiences and everyday practices of working women participated in the construction of spaces of resistance and political action. The research thus contributes to expanding the understanding of the city as a space produced through embodied experiences, struggles over memory, and gender relations.

Keywords: Corpography; Gender; Urban memory; Anarchism; Archival ethnography.

INTRODUÇÃO

Em uma fotografia publicada pela revista *A Cigarra*, de maio de 1915, uma mulher aparece no centro de uma multidão reunida no Largo da Sé, em São Paulo. Identificada apenas como “uma operária”, ela ergue os braços enquanto discursa diante da multidão de chapéus. A imagem registra não apenas uma participação feminina em uma mobilização pública, mas a inscrição de um corpo em um espaço urbano historicamente organizado por hierarquias de gênero.

As trajetórias de mulheres operárias que participaram dos movimentos sociais e políticos do início do século XX frequentemente permanecem às margens das narrativas históricas, sobretudo quando suas experiências atravessam espaços considerados pouco ‘adequados’ para sua presença. Entre deslocamentos, inserções no mundo do trabalho, práticas militantes e disputas pela ocupação da cidade, essas trajetórias revelam formas particulares de resistência às normas sociais que organizavam os corpos, os gêneros e os espaços urbanos à época.

Esta pesquisa parte, então, desta problemática para investigar a mulher da fotografia (Grigolin, 2019) - Maria Antônia Soares (1898-1991), uma mulher operária, branca, filha de imigrantes espanhóis e militante anarquista que atuou especialmente entre as cidades de Santos e São Paulo, em sua juventude. Sua trajetória permite refletir sobre os modos pelos quais gênero, classe, raça e migração se articulam e se entrelaçam na produção de posições específicas de vulnerabilidade e agência, bem como sobre as formas pelas quais mulheres operárias construíram narrativas, práticas e espaços de resistência no contexto urbano (Piscitelli, 2008).

Além de sua atuação como oradora, Maria Antônia também fez da escrita uma forma de militância. Seus textos publicados na imprensa anarquista inseriram-se em uma rede transnacional de circulação de ideias, por meio da qual mulheres operárias disputavam narrativas, produziam memória e intervinham nos debates políticos de seu tempo. A palavra escrita, assim, constituiu um dos espaços de elaboração e expressão de sua experiência política, articulando trajetórias individuais e lutas coletivas (Silvério, 2023).

Inserida em uma dinâmica transnacional marcada pelos fluxos migratórios entre Espanha, Brasil e Argentina, os caminhos de Maria Antônia possibilitam observar como os deslocamentos de mulheres trabalhadoras não constituíam apenas movimentos entre territórios, mas também processos de transformação das formas de atuação política e construção de si. A migração espanhola para a América do Sul, especialmente entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, esteve profundamente relacionada à formação de redes operárias, associações e

espaços de circulação de ideias anarquistas. Nesse cenário, tais percursos foram constituídos por uma rede de experiências compartilhadas, na qual mulheres participaram ativamente da produção de discursos, práticas coletivas e formas de resistência (Rago, 2014).

O interesse desta pesquisa está em perceber como o corpo aparece como lugar de inscrição dessas experiências: um corpo que trabalha, circula, escreve, ocupa as ruas, participa de associações e desafia expectativas sociais atribuídas às mulheres de sua época. A partir da noção de corpografia (Britto; Jacques, 2012), entendida como uma escrita do corpo no espaço urbano - nos espaços vividos, busca-se investigar os percursos de Maria Antônia. E a cidade, nesse sentido, não é compreendida apenas como um cenário, mas como espaço constituído por práticas corporais, disputas simbólicas e concretas de relações de poder. Os caminhos percorridos pelas mulheres operárias entre fábricas, bairros operários, associações, manifestações e espaços domésticos, revelam uma dimensão política de suas experiências cotidianas. Ao ocupar lugares historicamente associados ao masculino, essas mulheres produziam rupturas nas normas de gênero que delimitavam quais corpos poderiam circular, falar e participar da vida e do espaço público.

Portanto, pergunta-se como a trajetória de uma operária e militante anarquista permite compreender as formas pelas quais mulheres trabalhadoras produziram e disputaram espaços urbanos através de suas experiências corporais. Desse modo, a pesquisa é realizada por meio da etnografia de arquivo, tomando os documentos históricos como campos de investigação das relações entre memória, corpo e experiência social - uma ponte entre passado e presente (Costa, 2010). A análise de jornais operários, documentos institucionais e outros vestígios permite reconstruir não apenas acontecimentos da trajetória de Maria Antônia Soares, mas também os modos pelos quais sua presença foi registrada, apagada ou transformada ao longo do tempo. Nesse processo, o arquivo é compreendido não como um repositório neutro de informações, mas como um espaço de disputas, seleções e silenciamentos, no qual determinadas informações tornam-se mais ou menos visíveis.

Buscando contribuir para debates da antropologia do corpo, dos estudos de gênero, da antropologia urbana e das pesquisas sobre memória e arquivo, este trabalho, mais do que recuperar uma biografia individual, trata-se de compreender como uma vida atravessada pela transnacionalidade, pelo trabalho operário e pela militância anarquista permite iluminar experiências coletivas de mulheres que desafiaram hierarquias espaciais e sociais. A trajetória de Maria Antônia Soares torna-se, assim, uma entrada para pensar as formas pelas quais corpos femininos operários

produziram outras possibilidades de existência e participação política nas cidades de Santos e São Paulo do início do século XX.

2. ARQUIVO, CORPO E CIDADE: UMA ABORDAGEM CORPOGRÁFICA

Os caminhos de Maria Antônia Soares são vistos aqui por meio de vestígios dispersos entre jornais operários nos quais ela publicou, registros sindicais, fotografias, documentos institucionais e produções memorialísticas. Esses materiais, entretanto, longe de uma narrativa contínua, apresentam lacunas e fragmentações que não são compreendidas nesta pesquisa como obstáculos metodológicos, mas sim como elementos do próprio campo de investigação. Assim, mais do que recuperar uma biografia, me interessa compreender como determinadas vidas tornam-se visíveis, invisíveis ou parcialmente registradas nos processos de produção dos arquivos ditos oficiais, nas narrativas historiográficas. Aqui, a fragmentação dos arquivos são tratados como dados etnográficos em si.

Nessa perspectiva, o arquivo deixa de ser entendido como um repositório neutro de informações para ser tomado como um espaço de disputa, no qual diferentes regimes de memória definem aquilo que pode ser preservado, narrado ou esquecido (Birman, 2008). A pesquisa propõe, portanto, uma etnografia de arquivo que considera os documentos não apenas como fontes históricas, mas como artefatos produzidos em contextos específicos de relações de poder, como disputas de memórias, “as primeiras elevadas ao nível político, reiteradas e escritas nos círculos oficiais, e as segundas circulando entre as pessoas, narradas em conversas e encontros cotidianos, dispersas pela cidade.” (Triana, 2020, p. 78).

A etnografia de arquivo se aproxima, assim, de uma leitura que compreende os jornais operários, por exemplo, não apenas como registros da militância anarquista, mas também como espaços de elaboração de discursos, circulação de ideias e construção de redes políticas. Da mesma forma, fotografias, documentos administrativos não são entendidos como evidências neutras do passado, mas como materialidades que participam da produção de determinadas memórias sobre a cidade e seus sujeitos. Essa perspectiva desloca o interesse da pesquisa em preencher todas as lacunas da narrativa, mas em acompanhar os rastros deixados pela atuação política de Maria Antônia, compreendendo como sua presença se deu, foi registrada e de que maneira revelam os processos

históricos que produziram diferentes regimes de visibilidade para mulheres trabalhadoras e militantes do início do século XX.

É nesse movimento que a noção de corpografia se torna central para a análise, pois ela é mais do que compreender o corpo como suporte das experiências urbanas, e sim uma perspectiva que nos permite observar como corpo e cidade se constituem mutuamente ao longo dos percursos cotidianos. As experiências de circulação, trabalho, escrita, atuação política e ocupação dos espaços da cidade produzem inscrições recíprocas entre corpos e territórios, fazendo com que a cidade seja continuamente construída pelas práticas daqueles que a habitam (Britto; Jacques, 2012).

Os espaços da cidade não são aqui tratados como cenário, mas como agentes na produção de relações hierárquicas - pensados e projetados para isso (Ramos, 2023; Santos, 2017). Essa compreensão nos leva ao conjunto de normas que organizam os espaços urbanos e que conformam diferentes possibilidades de circulação, permanência, fala e participação política na esfera pública, produzindo distinções entre corpos autorizados e corpos considerados inadequados para determinados lugares.

As experiências na cidade não se distribuíam de forma homogênea no contexto urbano do início do século XX, marcado por processos de industrialização, políticas higienistas e tentativas de disciplinamento dos corpos de formas bastante específicas a depender do gênero, classe e raça (Rago, 2014; Santos, 2017). Tais hierarquias que organizavam a separação entre público e privado, doméstico e político, regulavam deslocamentos e assim produziam presenças e ausências no espaço urbano, definindo quem podia circular, em quais horários e em que regiões da cidade. Mas ao mesmo tempo, essas normas espaciais dificilmente operavam de forma absoluta, sendo constantemente tensionadas pelas práticas cotidianas daquelas que atravessam tais fronteiras, como a presença feminina operária, por exemplo.

Desse ponto, a trajetória de Maria Antônia Soares nos possibilita vislumbrar como as mulheres operárias produziram formas específicas de presença urbana ao ocuparem as fábricas, as associações sindicais, as páginas impressas dos jornais e os comícios de rua, além de criar outros espaços de sociabilidade e formação. Aqui, Maria Antônia é vista como parte dessa rede de relações, e não como uma figura excepcional, mas sem que isso implique tomar essas mulheres como um coletivo homogêneo (Dantes, 2026). Logo, esses deslocamentos não representam somente movimentos físicos pelo espaço urbano, e sim processos de construção de novas possibilidades de existência na cidade.

A corpografia, portanto, oferece uma chave para entender como práticas corporais produzem marcas tanto na experiência do corpo, quanto na própria produção da cidade, e vice-versa, causando rupturas.

3. MARIA ANTÔNIA SOARES E AS PRÁTICAS CORPORAIS DE RUPTURA

A partir desse ponto acompanhamos alguns momentos da trajetória de Maria Antônia Soares para compreender como seu corpo se inscreveu na cidade através de práticas cotidianas de trabalho, circulação, escrita e militância. Interessa aqui as situações nas quais sua presença produziu deslocamentos nas normas que regulavam a ocupação dos espaços urbanos para mulheres, em especial as mulheres operárias.

Tais normas foram sendo dadas em meio a consolidação da cidade capitalista e de seus modos de produção, marcada pelo disciplinamento dos corpos por meio do ordenamento urbano, pela repressão, perseguição e violências morais e físicas, e pela afirmação da hegemonia da família burguesa. Nesse processo, as atividades reprodutivas foram exiladas à esfera privada da casa unifamiliar cis-heteronormativa, enquanto as atividades produtivas foram deslocadas para as fábricas, sendo reconhecidas como trabalho assalariado. Pontes e Cesar (2016) afirmam que:

a expansão da metrópole espicou a imaginação social, criou linguagens, produziu novos enfrentamentos e utopias [...] abrigou o adeus à civilização do café e a exaltação da sociedade urbano-industrial. Nos palcos da cidade, ganharam tratamento renovado as vicissitudes dos setores médios, o impacto da vida urbana nos costumes e nas relações familiares, a experiência da classe operária, a ascensão dos imigrantes, cuja presença em sucessivas levadas migratórias conformou a paisagem social e urbana da metrópole em expansão (PONTES e CESAR, 2016, p. 20).

Para além da criação de novas linguagens e enfrentamentos, como apontado pelos autores, com o avanço da modernidade, o espaço da rua se vê tomado por um aumento do convívio das pessoas, pela crescente formação de espaços como os boulevares à moda francesa, cafeterias, boutiques, galerias comerciais e, assim, ocorreram as mudanças nos códigos de sociabilidade, recorda (Ramos, 2019). E assim também se estruturaram as regras a respeito da circulação das mulheres, de modo que as mulheres brancas burguesas não ultrapassassem as demarcações que as mantinham opostas às “mulheres públicas”.

Rago (2014) elucida que, com as políticas higienistas de remodelação do espaço urbano, o desejo maior consistia na eliminação da diferença e na normatização da classe operária, o que implicou a imposição dos papéis sociais do modelo imaginário da família burguesa e, por conseguinte, no dever do “novo modelo de feminilidade a esposa-dona-de-casa-mãe-de-família”. Assim, para as mulheres da classe trabalhadora, quanto mais saíam do espaço privado-doméstico para o trabalho, mais a sociedade burguesa lançava a culpa do “abandono do lar, dos filhos carentes, do marido extenuado pelas longas horas de trabalho”, e limitavam sua livre movimentação nos espaços públicos. Enquanto isso, as mulheres brancas da burguesia tinham a função de representar o prestígio de seus maridos, através de sua elegância, luxo e beleza. Existiam lugares exclusivamente reservados a elas, como grandes magazines, salões de chá, e outros proibidos, como espaços políticos, judiciários, esportivos e intelectuais (Perrot, 1998). É nesse regime que se tornam visíveis as rupturas produzidas pelas práticas de mulheres como Maria Antônia Soares.

Essas rupturas podem ser compreendidas a partir da noção de “tecnologias de gênero”, formulada por Lauretis (1994). Como colocado pela autora, as diferenças entre homens e mulheres não correspondem a uma ordem natural, mas são continuamente produzidas por dispositivos sociais, culturais e discursivos que atribuem significados às identidades de gênero e organizam suas posições de forma hierarquizada na vida social. Nesse sentido, evidenciar trajetórias de mulheres como Maria Antônia significa tornar visíveis processos de subjetivação que foram historicamente apagados (Dantes, 2024), e reinscrevê-las na história social, nos limites dos espaços predominantemente masculinos.

Por outro lado, Lauretis (1994) também demonstra que os dispositivos de gênero jamais operam de maneira absoluta. Nas margens dessas normas emergem práticas micropolíticas capazes de produzir deslocamentos nos modos de autorrepresentação, abrindo espaço para aquilo que a autora chama de “outro lugar do discurso”. É justamente nesse espaço de resistência cotidiana que se produzem novas possibilidades de existência e ação política.

3.1 A mulher, seu corpo e a praça pública



“Aspecto do comício realizado a 1º de Maio, na esplanada da Catedral. Tirado no momento em que falava uma operária”. Fonte: Revista A Cigarra n. 21, de 11 de maio de 1915.

A fotografia publicada pela revista *A Cigarra* em 1915, apresentada na introdução deste texto, registra Maria Antônia discursando diante de uma multidão reunida no Largo da Sé, na cidade de São Paulo. O registro é de que ela foi a única mulher oradora naquele momento, em um espaço histórico, em praça pública (Grigolin, 2020). Mais do que ilustrar um evento político, a imagem evidencia uma reorganização momentânea das hierarquias que estruturavam aquele espaço.

Em uma sociedade na qual a participação feminina na esfera pública era constantemente regulada por normas de gênero, ocupar a tribuna significava produzir uma ruptura na hierarquia da distribuição social dos corpos. O corpo feminino deixava de ser associado exclusivamente ao espaço doméstico para tornar-se centro de atenção, com autoridade de fala e elaboração política. Naquele tempo-espaço se operou uma brecha nas restrições impostas à circulação feminina na cidade, na medida em que possibilitou a participação em um contexto no qual a presença das mulheres era limitada e vigiada.

Desse modo, a presença de Maria Antônia diante daquela multidão permite compreender que a política não se realizava apenas pelo conteúdo dos discursos ali pronunciados, mas também pela materialidade dos corpos que falavam, eram vistos e ocupavam determinados lugares da cidade.

A própria possibilidade de uma mulher assumir a palavra em um comício pode ter produzido deslocamentos na ideia acerca de quem poderia representar coletivamente os trabalhadores e trabalhadoras.

Sob a perspectiva da corpografia, o comício representa um dos múltiplos gestos pelos quais o corpo se inscreve na cidade, e vice-versa. Contudo, diferente de outras formas cotidianas de ocupação do espaço urbano, nele, essa inscrição adquire uma dimensão pública e política particularmente significativa, ao fazer do corpo feminino que discursa, estando mais elevada que todos ao seu redor, um foco de visibilidade e contestação das normas de gênero. Se a simples circulação de uma mulher por determinados espaços da cidade é capaz de fazer irromper uma tensão, tomar a palavra em praça pública amplificou essa ruptura. O corpo que ocupa a praça modifica provisoriamente os significados daquele lugar e evidencia que a cidade é cotidiana e continuamente produzida pelas diferentes formas de presença de quem a atravessa.

O encontro na Praça da Sé foi precedido por outros atos em bairros operários, que convergiram em direção ao centro da cidade, e após alguns discursos contra a Primeira Guerra, todos saíram em passeata pelo triângulo central, e as integrantes do Centro Feminino Jovens Idealistas foram à frente. Fundado por Maria Antônia, suas irmãs, mãe e demais companheiras, o Centro constituía um núcleo de ação social voltado à organização, à instrução e à mobilização de mulheres operárias. Assim, à frente do cortejo, suas integrantes caminharam empunhando bandeiras vermelhas (Silvério, 2023), tornando visível a presença feminina na manifestação.

3.2 A palavra impressa também como ocupação de espaço

Embora o episódio do comício na Praça da Sé tenha evidenciado de forma mais significativa a presença de Maria Antônia na ocupação física do espaço urbano, sua inserção na militância anarquista teve início alguns anos antes. Com a morte do pai, ainda bastante jovem, Maria Antônia passou a trabalhar para contribuir com a renda familiar, aos 14 anos. Nesse período, por influência de seu irmão mais velho, Primitivo Soares, se aproximou do movimento anarquista e de suas redes de sociabilidade, passando a frequentar associações operárias. E essa foi a ponte necessária para tomar contato e iniciar sua colaboração com a imprensa operária anarquista. Antes mesmo de ocupar a tribuna do comício, Maria Antônia já fazia da palavra escrita um instrumento de intervenção política, publicando, em 1912, seu primeiro texto no jornal *A Lanterna*, intitulado “Pela

Justiça”, discursando sobre às mobilizações contra a lei de deportação de estrangeiros que aconteciam naquele momento (Silvério, 2023).

A escrita surgiu em sua vida, situada em um campo de tensões, pois esse mesmo irmão antes mencionado havia sido detido em Rosário, na Argentina, por distribuir nas ruas um folheto anarquista. Assim, a palavra escrita apareceu em sua trajetória como uma forma de responder a essas experiências, como quando proclamou “Contra essas leis, contra todas as tiranias lancemos o nosso vibrante protesto” (Soares, 1912, p.3). Desse modo, percebe-se que sua atuação não se restringia aos momentos de maior visibilidade pública, mas muito antes já vinha se construindo por meio da circulação de seus textos.

Já em outro artigo, “A nossa missão” (1914, p.2), publicado no jornal *A Voz do Trabalhador*, ela discorre sobre dizerem ser a mulher “um ente que foi, é e será dócil toda a sua vida”. Ela se opunha a esse discurso de submissão eterna das mulheres, argumentando que “sem temer equivocar-me, que ela é por natureza rebelde”, a questão é que a maioria acabava por não exteriorizar sua revolta, tendo em vista tantos séculos de subalternização a que foram submetidas. E, em “A instrução da mulher”, publicado no *Guerra Sociale*, afirmou que “A ideia de que a mulher não necessita instrução é demasiado tola para ser aceita em pleno século XX. [...] Eduquemos, pois, a infância; eduquemos a mulher, eduquemos o povo, certos de que as nossas dedicações são empregadas numa obra altamente meritória” (Soares, 1916, p.3). A instrução representava um eixo central no projeto político anarquista que articulava educação, autonomia e ação coletiva, deslocando as mulheres da condição de objeto de tutela de seus maridos, para sujeitos autônomos.

Para ela, a emancipação feminina exigia não apenas mudanças estruturais, mas principalmente uma transformação ética nas formas de convivência - em sua coluna “Assuntos Femininos” no jornal *A Plebe*, de 1920, ela fala sobre “O que é preciso”:

O mal foi causado justamente por se ter estabelecido diferenças entre o homem e a mulher. É preciso que esta não se julgue nunca superior ou inferior àquele. E para isso, os homens que pretendem emancipar-nos só têm um meio: tratar-nos, não com mimos e salamaleques, nem tampouco com desdém ou benevolência; e sim, simplesmente, com respeito. Não me refiro, note-se bem, a esse falso respeito fruto dos costumes burgueses em voga: respeito feito de mentira e hipocrisia, grotesca caricatura da veneração. Refiro-me ao verdadeiro respeito, espontâneo nas pessoas educadas, formado de delicadeza e consideração. Por mim digo que não discuto se um sexo é superior ao outro, nem me importo muito com isso; mas estou convencidíssima que ambos os sexos foram colocados no mundo de forma a terem que compartilhar a existência em comum, que ambos têm o mesmo direito à felicidade, e que é estúpido isso de pretender pôr barreiras onde a lógica e a natureza não as admitem; e finalmente, que, todo o mal existente explica-se pelo fato de que, salvo raras exceções, os

seres humanos não sabem respeitar-se mutuamente. O respeito, o respeito entre nós, presos, afinal, à mesma algema, apesar da diferença de sexos é que é preciso (SOARES, 1920, p.2).

A emancipação exigia uma transformação ética baseada em um respeito mútuo entre sujeitos que compartilham da “mesma algema”, ao considerar o sistema capitalista, deslocando a discussão para o campo das relações de convivência. Assim, usando da imprensa e de sua escrita, ela “buscava alcançar essa camada do operariado, incitando a revolta contra as condições socioeconômicas em que se encontravam.” (Silvério, 2023, p. 62). Ao escrever, Maria Antônia não apenas intervinha em um debate político mais amplo, mas inscrevia, nas páginas do jornal, as relações e conflitos que atravessavam seu cotidiano, vividas desde a infância no interior de sua própria família.

Nascida em São Paulo, em 1898, filha de imigrantes espanhóis que haviam chegado recentemente ao Brasil, Maria Antônia passou os primeiros anos de vida entre deslocamentos que acompanhavam as condições de trabalho e de sobrevivência de sua família. Após uma temporada em Santos, viveu durante quatro anos na cidade de Rosário, na Argentina, antes de retornar ao Brasil, e foi somente depois desse retorno que seu pai faleceu, em 1910 (Silvério, 2023). Entre essas mudanças de cidade, inserção precoce no trabalho, rearranjos familiares e aproximações com redes políticas, sua infância e juventude vão compondo seu percurso, em um contexto no qual cidade, trabalho, migração e política aparecem como dimensões profundamente entrelaçadas da experiência social. Caminhos que se constroem no entrelaçamento de espaços, relações e práticas que, pouco a pouco, vão dando forma à sua presença no mundo.

Sob essa perspectiva, publicar artigos em jornais operários significava inserir-se em redes de circulação que envolviam redações, tipografias, sindicatos e espaços coletivos de leitura. Escrever era, portanto, uma prática espacial, capaz de conectar diferentes corpos, lugares e experiências urbanas. Essencialmente, a imprensa anarquista e os sindicatos operários alinhados ao movimento, consistiam em espaços de sociabilidade, debate e organização, reunindo trabalhadoras críticas à exploração capitalista e às normas autoritárias. Não só, a circulação dos jornais dependia de uma série de práticas corporais: alguém escrevia, alguém diagramava, alguém imprimia, alguém distribuía os exemplares e outras pessoas se reuniam para lê-los, debatê-los (Grigolin, 2020). A palavra impressa colocava corpos em movimento, produzia novos circuitos urbanos do fazer política.

Escrever constituiu uma forma de ocupar espaço, seja da página impressa, seja da cidade. Ao publicar em periódicos como *A Lanterna*, *A Voz do Trabalhador*, *Guerra Social*, *A Plebe* e outros, entre

1912 e 1922, Maria Antônia projetou sua presença para além dos espaços da fábrica e dos sindicatos operários, participando da construção de um espaço alternativo por meio da escrita. Essa prática se torna particularmente visível quando reivindica a educação como condição para a emancipação das mulheres. Sua defesa da instrução, para além do acesso ao conhecimento, propõe a formação de sujeitos capazes de participar da vida coletiva e disputar os sentidos da cidade, de produzir novas possibilidades de existência para mulheres trabalhadoras.

3.3 A casa da família Soares: domesticidade e rupturas nas normas do espaço

O endereço: Rua da Mooca, 292-A tem particular importância na trajetória de Maria Antônia. Mais do que lugar de moradia, o sobrado alugado onde viveu com sua família por um período, em São Paulo, também sediava as atividades do Centro Feminino Jovens Idealistas (Silvério, 2023). Ali, as fronteiras entre o público e o privado se tornaram permeáveis. Eram realizadas reuniões políticas e culturais de associações, organizavam-se bibliotecas e escolas, bem como os encontros voltados à formação e à mobilização de mulheres operárias, através do Centro. A casa assumia funções que extrapolavam o cotidiano doméstico. Essa dinâmica se aproxima daquilo que Rago (2014) denomina "casa anarquista": um espaço no qual a vida cotidiana e a militância se entrelaçavam, transformando o ambiente doméstico em espaço para a ação política.

Em suas "Bases de acordo", publicadas no jornal *A Plebe*, o Centro Feminino Jovens Idealistas afirmava ter como finalidade "reunir em seu seio o maior número possível de pessoas do sexo feminino" e "trabalhar no sentido de instruir e educar as mulheres", por meio da criação de escolas, bibliotecas, publicações de propaganda e conferências. No entanto, os eventos promovidos eram de caráter aberto ao público em geral, facilitando justamente o acesso das mulheres aos eventos, levando em consideração a dinâmica social do período, com a sua circulação limitada pelo espaço público, sendo, portanto, uma estratégia de articulação política que operava diretamente sobre as restrições espaciais impostas às mulheres, criando condições para sua presença em espaços coletivos da cidade.

A emancipação feminina aparecia ali como algo inseparável da transformação social mais ampla, sendo definida como uma "necessidade para a liberdade dos povos", a ser alcançada pela instrução e pela "luta consciente" (Silvério, 2023, p. 140). É possível imaginar a movimentação desses encontros - pessoas entrando e saindo, conversas que se prolongavam por horas, papéis

espalhados sobre mesas, leituras em voz alta. Em um mesmo espaço, conviviam tarefas domésticas e atividades políticas, sem que uma se separasse completamente da outra.

A organização de espaços como esse demonstra como a atuação das mulheres ocorria também na produção cotidiana de redes de apoio, de formação e sociabilidade, não dependendo exclusivamente da ocupação de lugares tradicionalmente masculinos, mas inclusive da transformação dos espaços domésticos em ambientes de mobilização coletiva, que por sua vez, passavam a integrar uma rede de produção da vida urbana, modificando as dinâmicas impostas pelo planejamento da cidade. Nesse sentido, o espaço doméstico não apenas sustentou a militância, mas participou ativamente de sua produção, colocando em evidência como as relações de gênero e domesticidade são reconfiguradas no interior dessas experiências (Pontes e Cesar, 2022).

A partir dessa leitura, a trajetória de Maria Antônia Soares permite observar a corpografia formada por ela, bem como tecidas por tantas outras mulheres operárias de seu tempo, inscritas nos gestos ordinários que sustentavam a vida e a militância anarquista cotidianamente. Foram os deslocamentos do dia a dia, a circulação da palavra escrita nos jornais, a ocupação das ruas em comícios e passeatas e a criação de espaços coletivos de formação, cuidado e sociabilidade como o Centro Feminino Jovens Idealista, entre outros (Grigolin, 2020), que deram forma a sua existência. É nesse entrelaçamento que cidade e corpo se constituem mutuamente, produzindo diferentes modos de ocupação urbana que desafiaram, persistentemente, as normas de gênero que organizavam a vida social no início do século XX.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A descrição da fotografia que abre este artigo, registra uma mulher discursando diante de uma multidão reunida em praça pública. No momento em que foi produzida, a imagem poderia ser tomada apenas como o registro de um comício operário ou como uma exceção à presença feminina na política do período. Ao longo deste trabalho, entretanto, buscou-se demonstrar que essa cena pode ser compreendida de outra maneira.

A trajetória de Maria Antônia Soares evidencia que a produção da cidade não se restringe às transformações materiais ou às decisões institucionais que costumam ocupar o centro das narrativas urbanas. Os percursos de mulheres trabalhadoras, entre fábricas, associações, jornais, ruas e espaços domésticos revelam que a cidade também é constituída por práticas corporais, deslocamentos

cotidianos e disputas sobre quem pode ocupar determinados espaços e fazer-se visível neles. Nesse sentido, o corpo não aparece apenas como suporte da experiência urbana, mas como protagonista na produção de espacialidades e da reconfiguração das fronteiras entre o público e o privado.

Escrever para a imprensa operária, discursar em um comício, organizar reuniões, circular entre diferentes espaços urbanos ou transformar a casa em lugar de articulação política não constituem episódios isolados de uma biografia, mas práticas por meio das quais um corpo inscreve sua presença na cidade e, simultaneamente, é produzido por ela. A corpografia de Maria Antônia Soares torna visíveis modos outros de existência, desafiando normas de gênero de corpo-espço e produzindo diferentes possibilidades de participação das mulheres trabalhadoras nas cidades das primeiras décadas do século XX.

Ao retornar, então, à fotografia do Largo da Sé, ela já não pode ser lida apenas como o instante em que uma operária toma a palavra diante de uma multidão. Depois desse percurso todo, essa imagem passa a condensar um conjunto mais amplo de experiências corporais de disputas de memória urbana. O corpo que ocupa o centro daquela cena deixa de representar uma presença excepcional para tornar-se a expressão de uma trajetória inscrita na cidade por meio do trabalho, da militância, da escrita e da circulação. Mais do que documentar um acontecimento, a fotografia materializa uma corpografia: os vestígios de uma vida que, ao desafiar as normas que organizavam corpos e espaços, produziu outras formas de habitar, percorrer e transformar a cidade, desafiando as narrativas que durante tanto tempo puseram essas experiências às margens da história.

Seguir os rastros de Maria Antônia Soares evidencia que a cidade não é apenas um espaço ocupado por mulheres, mas um espaço produzido por suas práticas corporais, políticas e discursivas; significa reconhecer que determinados corpos não apenas atravessaram a cidade: elas participaram de sua produção histórica, ainda que seus vestígios tenham sido parcialmente invisibilizados dos arquivos e das narrativas historiográficas urbanas.

MATERIAIS SUPLEMENTARES

Fontes:

1. SOARES, Maria A. Pela Justiça. A Lanterna, 14 dez. 1912, p. 3.
2. SOARES, Maria A. Contra a invasão clerical. A Lanterna, 18 jan. 1913, p.3.
3. SOARES, Maria A. Pela emancipação da mulher. A Lanterna, 24 de maio de 1913, p. 1.

4. SOARES, Maria. Núcleos de Vanguarda em São Paulo: Centro Feminino Jovens Idealistas. A Lanterna, 05 jul. 1913, p. 4.
5. SOARES, Maria A. Despertar Feminino. A Lanterna, 03 out. 1914, p. 3.
6. SOARES, Maria A. A nossa missão. A voz do Trabalhador, 01 dez. 1914, p. 2.
7. SOARES, Maria A. Centro Feminino Jovens Idealistas: uma escola dominical, gratuita, para as operárias. A Lanterna, 10 jul. 1915, p. 3.
8. SOARES, Maria A. Recordando. A Lanterna, 15 mai. 1915, p. 3.
9. SOARES, Maria A. Qual será o desfecho da guerra atual? A Lanterna, 12 fev. 1916, p. 4.
10. SOARES, Maria Antônia. Carta aberta às companheiras do Centro Feminino de Estudos Sociaes. A Luta, 31 mai. 1916, p. 2.
11. SOARES, Maria Antônia. A Mulher... A Luta, 15 jun. 1916, p. 2.
12. SOARES, Maria Antônia. Ainda a Mulher... A Luta, 31 jul. 1916, p. 3.
13. SOARES, M. A. Pela criança, pela mulher e pela humanidade. Guerra Sociale, 01 mai. 1917, p. 7.
14. SOARES, Maria A. Deportados! A Plebe, 30 set. 1917, p. 2.
15. SOARES, Maria A. De São Paulo: Primeiro de Maio. O Cosmopolita, 22 mai. 1918, p. 1.
16. SOARES, Maria A. Depois da Procella, A Plebe, 20 dez. 1919, p. 1.
17. SOARES, Maria A. O voto feminino. O Grito Operário, 17 jan. 1920, p. 1.
18. SOARES, Maria A. O voto feminino (continuação). O Grito Operário, 28 jan. 1920, p. 1.
19. SOARES, Maria A. Triunfo Efêmero. A Plebe, 27 mar. 1920, p. 1.
20. SOARES, Maria A. Assuntos Femininos: O que é preciso. A Plebe, 27 out. 1920, p. 3.
21. SOARES, Maria A. Assuntos Femininos: A formozura da mulher (Parte 1). A Plebe, 4 dez. 1920, p. 2.
22. SOARES, Maria A. Assuntos Femininos: A formozura da mulher (Parte 2). A Plebe, 18 dez. 1920, p. 2.
23. SOARES, Maria A. O Maximalismo e os anarquistas. A Plebe, 06 nov. 1920, p. 2.
24. SOARES, Maria A. Uma opinião. A Plebe, 18 jun. 1921, p.1.
25. SOARES, Maria A. Cousas da Epocha. O Libertário, 4 fev. 1922, p. 4.
26. Maria Antonia Soarez. A instrução da mulher. Guerra Sociale, 26 ago. 1916, p. 3.
27. SUAREZ, Maria A. El Centenário Brasileño. Nuestra Tribuna, n.4, capa, set. 1922.
28. SUAREZ, Maria A. Paz Burguesa. Nuestra Tribuna, n.8, nov. 1922, p.2.
29. A Festa do Trabalho. Revista A Cigarra n. 21, de 11 de maio de 1915, p.

Os documentos que fundamentam o estudo encontram-se disponíveis para consulta em arquivos públicos, centros de documentação, hemerotecas digitais e publicações indicadas no artigo, estando sujeitos às políticas de acesso de cada instituição.

REFERÊNCIAS

BIRMAN, J. Arquivo e Mal de Arquivo: uma leitura de Derrida sobre Freud. *Natureza Humana - Revista Internacional De Filosofia E Psicanálise*, 2008. 10(1), 105–128. <https://doi.org/10.59539/2175-2834-v10n1-924>

BRITTO, Fabiana. D.; JACQUES, Paola. B. Corpo e cidade: coimplicações em processo. *Revista da Universidade Federal de Minas Gerais*, Belo Horizonte, v. 19, n. 1 e 2, p. 142–155, 2012. DOI: 10.35699/2316-770X.2012.2716. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistadaufmg/article/view/2716>.

COSTA, Maria. C. C. Etnografia de arquivos - entre o passado e o presente. *MATRIZES*, 2011, 3(2), 171-186. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v3i2p171-186>.

DANTES, Thalita Coelho. **"E a respeito da mulher? ela é por natureza rebelde": subjetividades femininas anarquistas nos escritos de Maria Antonia Soares (1914-1920)**. 2026. 237 f., il. Tese (Doutorado em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2026. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/55079>

GRIGOLIN, Fernanda. A Oradora como fotografia pública: ou por uma história visual do anarquismo. *Pergaminho*, n. 10, p. 09-22, 26 dez. 2019.

GRIGOLIN, Fernanda. **Sou Aquela Mulher do Canto Esquerdo do Quadro: a história das mulheres anarquistas como narrativa encarnada**. Tese (Doutorado em Artes Visuais) - Universidade Estadual de Campinas, 2020. DOI: 10.47749/t/unicamp.2020.1129247

LAURETIS, Teresa de. "A Tecnologia do Gênero". In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.): **Tendências e Impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro, Rocco, 1994, p. 206-242.

PERROT, Michelle. **Mulheres Públicas**. 2º. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade e Cultura*, v. 11, n. 2, 18 dez. 2008.

PONTES, Heloisa; CESAR, Rafael N. **Da orla à sala de jantar: gênero e domesticidade na bossa nova e na tropicália**. In: PONTES, Heloisa; ROSETTI, Camila G. (org). **Casa-Mundo**. Papéis Selvagens, Rio de Janeiro, 2022.

RAGO, Luzia Margareth. **Do Cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista - Brasil 1890-1930**. [S.l.]: Paz & Terra, 2014.

RAMOS, Diana. H. **Mulheres, direito à cidade e estigmas de gênero: a segregação urbana da prostituição em Campinas**. Annablume, 2019.

SANTOS, Carlos. J. F. (Casé Angatu.) **Nem tudo era italiano - São Paulo e Pobreza (1890-1915)**. 4. ed. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2017.

SILVÉRIO, Beatriz. R. **Maria Antônia Soares: vida e trajetória política de uma jovem anarquista (1898–1922)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de São Paulo. Guarulhos, 2023. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/67402>.

TRIANA, Bruna. **Ensaio em preto e branco: arquivo, memória e cidade nas fotografias de Ricardo Rangel**. 2020. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020. doi:10.11606/T.8.2020.tde-07052020-225703.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS DA PESQUISA: Todo o conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo foi publicado no artigo e na seção "Materiais suplementares".

FINANCIAMENTO: O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) Processo: 25/00255-6.

CONTRIBUIÇÃO DAS/DOS AUTORES/AS: A autora foi responsável pela conceptualização, metodologia, investigação, curadoria de dados, análise formal, redação da versão original, revisão e edição do manuscrito, visualização e obtenção de financiamento.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE: A autora declara não haver conflitos de interesse.

DECLARAÇÃO DE USO DE IA: A ferramenta de inteligência artificial ChatGPT foi utilizada como recurso de apoio na concepção inicial da arquitetura expositiva do manuscrito e na tradução do resumo para a língua inglesa. O material decorrente desse uso foi integralmente revisado pela autora, que assume total responsabilidade pelas escolhas teóricas, metodológicas e analíticas, pela redação final e pelo conteúdo integral do manuscrito.

MINIBIOGRAFIAS DOS/DAS AUTORAS DO PAPER

Dandara Luigi é mestranda em Antropologia Social no PPGAS/FFLCH-USP, bolsista FAPESP e arquiteta urbanista. Pesquisa as relações entre gênero, corpo e cidade, e integra o grupo CÓCCIX - estudos indisciplinados do Corpo e do Território.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.